

13 – Demonstrações Contábeis Trimestrais e Notas Explicativas



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL
CNPJ Nº. 04.260.738/0001-49

BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em reais)

ATIVO	NOTA	2018	2017	PASSIVO	NOTA	2018	2017
CIRCULANTE		30.483.619,98	28.118.721,46	CIRCULANTE		2.227.869,78	1.042.587,00
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	3	27.276.374,55	25.636.490,94	OBRIGAÇÕES TRAB. TRIB. E PREVIDENCIÁRIA	9	136.388,36	1.436,44
Caixa		1.510,58	-	INSS		81.820,35	1.436,44
Bancos Conta Movimento - Rec. Próprios		290,78	486,66	FGFS		17.921,63	-
Bancos Conta Convênios - Rec. Convênios		243,46	1.019,41	IRRF		34.406,16	-
Aplicações Financeiras - Rec. Próprios		27.122.083,26	25.291.263,06	PIS		2.240,22	-
Aplicações Financeiras - Rec. Convênios		152.246,47	343.721,81				
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	4	2.539.108,91	1.995.472,61	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	10	1.545.940,83	260.160,20
Contas a Receber		45.634,91	-	Fornecedores de Bens e Serviços		1.545.940,83	260.160,20
Dotações Orçamentárias a Receber		2.479.174,00	1.853.898,68				
Adiantamentos por Conta de Viagens		14.300,00	-	OBRIGAÇÕES FISCAIS	11	8.588,73	1.101,24
Antecipações a Empregados		-	140.126,34	PIS/COFINS/CSLL		1.801,48	-
Valores Recuperáveis		-	1.447,59	IRRF		6.157,23	-
Devedores Diversos		-	-	ISS		630,02	1.101,24
ESTOQUES	5	635.836,81	444.559,69	APROPRIAÇÃO POR COMPETÊNCIA	12	305.394,89	395.375,44
Estoques - Rec. Próprios		419.145,21	324.607,88	Apropriação Trabalhistas		305.394,89	395.375,44
Estoques - Rec. Terceiros		216.691,60	119.951,81				
VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE	6	32.299,71	42.198,22	DEMAIS OBRIGAÇÕES	13	231.556,97	384.513,68
Seguros a Vencer		8.238,75	12.316,35	Movimento entre Unidades		49.406,66	-
Assinatura de Revistas e Periódicos		1.041,30	2.222,04	Contratos, Ter. de Coop. Adesão e Proje Realizar		51.357,15	331.816,02
Auxílio alimentação/refeição		18.400,00	20.000,00	Credores Diversos		130.793,16	52.697,66
Licença de uso de software		4.619,66	7.659,83				
NÃO CIRCULANTE		1.559.956,57	1.584.733,29	NÃO CIRCULANTE		29.815.706,77	28.660.867,75
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	7	820.466,81	820.466,81				
Créditos a Longo Prazo		820.466,81	820.466,81				
IMOBILIZADO	8	739.489,76	764.266,48	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	29.815.706,77	28.660.867,75
Bens Tangíveis		739.489,76	764.266,48	Patrimônio Social		29.803.706,77	28.648.867,75
Bens Móveis		2.505.334,84	2.460.945,34	Resultados Acumulados		28.648.867,75	27.693.149,71
(-) Depreciações Acumuladas		- 1.785.460,00	- 1.716.643,79	Resultado do Exercício		1.154.839,02	955.718,04
Bens Imóveis		87.000,00	87.000,00	Reservas		12.000,00	12.000,00
(-) Depreciações Acumuladas		- 67.385,08	- 67.035,07				
TOTAL DO ATIVO		32.043.576,55	29.703.454,75	TOTAL DO PASSIVO		32.043.576,55	29.703.454,75

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

José Zeferino Pedrozo
 Presidente Conselho Adm.
 CPF. 003.151.929-68

Gilmar Antônio Zanluchi
 Superintendente
 CPF. 656.281.179-00

Gilson Angnes
 Tec. Contabilidade
 CPF. 692.786.959-04
 CRC/SC 19.037-0/2

SENAR-AR/SC
 000220



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
EXERCÍCIO: 2018 - PRIMEIRO TRIMESTRE

(Em reais)

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PROPOSTA (a)	REFORMULAÇÃO (b)	RECEITAS REALIZADAS ACUMULADO (c)	DIFERENÇAS (d)	
				P/ MAIS	P/ MENOS
RECEITAS CORRENTES (I)	29.942.242,00		7.519.525,31		
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	24.545.780,00		6.683.623,80	0,00	17.862.156,20
RECEITA PATRIMONIAL	2.700.000,00		409.362,78	0,00	2.290.637,22
RECEITAS DE SERVIÇOS	1.422.900,00		0,00	0,00	1.422.900,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.083.562,00		426.538,73	0,00	657.023,27
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	190.000,00		0,00	0,00	190.000,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00		0,00		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00		0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00		0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00		0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00		0,00	0,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS	0,00		0,00		
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	29.942.242,00		7.519.525,31	0,00	22.422.716,6

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	PROPOSTA (e)	REFORMULAÇÃO (f)	DESPEAS REALIZADAS ACUMULADO (g)	DIFERENÇAS (h)	
				P/ MAIS	P/ MENOS
DESPEAS CORRENTES (V)	29.816.242,00		6.154.500,43		
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.809.534,00		1.130.252,27	0,00	3.679.281,73
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00		0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPEAS CORRENTES	25.006.708,00		5.024.248,16	0,00	19.982.459,84
DESPEAS DE CAPITAL (VI)	126.000,00		44.389,50		
INVESTIMENTOS	126.000,00		44.389,50	0,00	81.610,50
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00		0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00		0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (VII)	0,00		0,00		
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	0,00		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPEAS (VIII) = (V + VI + VII)	29.942.242,00		6.198.889,93	0,00	23.743.352,0

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (IX) = (IV - VIII) SUPERÁVIT	0,00		1.320.635,38		
--	-------------	--	---------------------	--	--

DESPEAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS	PROPOSTA	REFORMULAÇÃO	DESPEAS REALIZADAS ACUMULADO	DIFERENÇAS	
				P/ MAIS	P/ MENOS
DESPEAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS (X)			69.166,22		
DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO/EXAUSTÃO E PERDAS NA BAIXA DE BENS			69.166,22		
TOTAL DAS DESPEAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS (XI) =			69.166,22		
TOTAL DAS DESPEAS (XII) = (VIII + XI)			6.268.056,15		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações

Jose Zeferino Pedrozo
Presidente
CPF: 003.151.929-68

Gilmar Antonio Zanluchi
Superintendente
CPF: 556.281.179-00

Gilson Annes
Contador
CRC: 19.037/O-2
CPF: 692.789.959-04

SENAR-AR/SC

000221

1 / 1



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL
CNPJ Nº. 04.260.738/0001-49

BALANÇO FINANCEIRO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em reais)

INGRESSOS			
	Nota	2018	2017
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS (I)	15	7.092.986,58	29.553.652,18
CORRENTES/CAPITAL		7.092.986,58	29.553.652,18
Receitas de Contribuições		6.683.623,80	25.331.537,04
Receitas de Serviços		-	1.462.100,00
Receitas Financeiras		409.362,78	2.486.095,73
Outras Receitas		-	273.919,41
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	16	426.538,73	712.156,59
Receitas Recebidas de Instituições Privadas		85.984,61	712.156,59
Receitas Recebidas de Instituições Públicas		340.554,12	-
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)	17	13.845.482,58	62.293.327,32
Créditos a curto prazo		6.562.636,00	28.275.761,60
Passivo Circulante		7.282.846,58	34.017.565,72
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)	18	25.636.490,94	24.180.257,66
Caixa e Equivalente de Caixa		25.636.490,94	24.180.257,66
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)		47.001.498,83	116.739.393,75
DISPÊNDIOS			
	Nota	2018	2017
DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)	19	5.954.965,95	28.294.647,61
CORRENTES/CAPITAL		5.954.965,95	28.294.647,61
Despesas Operacionais		5.954.965,95	28.294.647,61
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)	20	340.554,12	712.156,59
Despesas Executadas em Programas Especiais		340.554,12	712.156,59
PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)	21	13.429.604,21	62.096.098,61
Créditos a curto prazo		7.287.650,91	28.047.129,50
Aquisição de imobilizado no Período		44.389,50	60.832,60
Passivo Circulante		6.097.563,80	33.988.136,51
SALDO PARA EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)	18	27.276.374,55	25.636.490,94
Caixa e Equivalente de Caixa		27.276.374,55	25.636.490,94
TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)		47.001.498,83	116.739.393,75

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

José Zeferino Pedrozo
Presidente Conselho Adm.
CPF. 003.151.929-68

Gilmar Antônio Zanluchi
Superintendente
CPF. 556.281.179-00

Gilson Angnes
Tec. Contabilidade
CPF. 692.786.959-04
CRC/SC 19.037-0/2



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
PERÍODOS INTERMEDIÁRIOS FINDOS

(Em reais)

	Nota	1º TRIM 2018	1º TRIM 2017
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	22	7.519.525,31	6.215.028,41
CONTRIBUIÇÕES		6.683.623,80	5.407.325,43
Contribuições Sociais		5.672.433,87	5.407.325,43
RADI		1.011.189,93	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		409.362,78	747.548,62
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		409.362,78	747.548,62
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		426.538,73	38.056,78
Transferências das Instituições Públicas		340.554,12	38.003,28
Outras Transferências e Delegações Transferidas		85.984,61	53,50
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		-	22.097,58
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		-	22.097,58
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)		7.519.525,31	6.215.028,41
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	23	6.364.686,29	5.476.305,54
PESSOAS ENCARGOS		1.178.026,25	1.098.844,42
Remuneração a Pessoal		750.775,83	762.902,28
Encargos Patronais		269.773,43	215.656,21
Benefícios e Pessoal		-	112.851,24
Despesas com Gestores		100.713,81	-
Estagiários		14.391,00	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		42.372,18	7.434,69
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		5.157.173,32	4.372.335,13
Uso de Material de Consumo		227.592,48	123.157,29
Serviços		4.758.247,98	4.178.798,69
Depreciação, Amortização e Exaustão		69.166,22	70.379,15
Outros Encargos Benefícios		102.166,64	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		4.190,00	4.983,34
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras		4.190,00	4.983,34
TRIBUTÁRIAS		25.296,72	142,65
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		25.296,72	142,65
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)		6.364.686,29	5.476.305,54
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I + II)		1.154.839,02	738.722,87

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

José Zeferino Pedrozo
Presidente Conselho Adm.
CPF. 003.151.929-68

Gilmar Antônio Zanfuchi
Superintendente
CPF. 556.281.179-00

Gilson Angnes
Tec. Contabilidade
CPF. 692.786.959-04
CRC/SC 19.037-0/2

SENAR-AR/SC

000223

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 31 DE MARÇO DE 2017

(Em Reais)

	mar/18	mar/17
1. ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit / Déficit do Exercício	1.154.839,02	738.722,87
Ajustes por:		
(+) Depreciação	69.166,22	70.379,15
Superávit / Déficit do Exercício Ajustado	1.224.005,24	809.102,02
Variações no Ativo	- 725.014,91	38.957,72
Contas a Receber	- 45.634,91	441.252,87
Dotações Orçamentárias a Receber	- 625.275,32	- 421.249,71
Adiantamento a Empregados	125.826,34	146.986,56
Valores Recuperáveis	1.447,59	1.890,05
Estoque	- 191.277,12	- 139.275,42
VPD Pagas Antecipadamente	9.898,51	9.353,37
Variações no Passivo	1.185.282,78	1.154.655,17
Obrigações Previdenciárias e Tributárias	134.951,92	140.577,42
Fornecedores de Bens e Serviços	1.285.780,63	1.178.449,35
Obrigações Fiscais	7.487,49	6.635,38
Apropriação Trabalhista por Competência	- 89.980,55	- 97.847,93
Movimentações entre Unidades	49.406,66	25.494,71
Contratos, Termos de Cooperação, Adesão e Projetos a Realizar	- 280.458,87	- 202.211,09
Credores Diversos	78.095,50	103.557,33
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais	1.684.273,11	2.002.714,91
2. ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(-) Pagamento pela Compra de Imobilizado	- 44.389,50	- 3.799,90
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimentos	- 44.389,50	- 3.799,90
3. ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
Total dos Efeitos no Caixa (1 + 2 + 3)	1.639.883,61	1.998.915,01
Aumento Líquido no Caixa e Equivalente de Caixa	1.639.883,61	1.998.915,01
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	25.636.490,94	24.180.257,66
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	27.276.374,55	26.179.172,67

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

José Zeferino Pedrozo
Presidente Conselho Adm.
CPF. 003.151.929-68

Gilmar Antônio Zanfuchi
Superintendente
CPF. 556.281.179-00

Gilson Angnes
Tec. Contabilidade
CPF. 692.786.959-04
CRC/SC 19.037-0/2



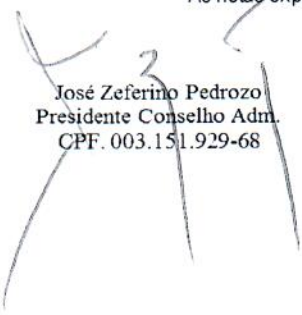
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL
CNPJ Nº. 04.260.738/0001-49

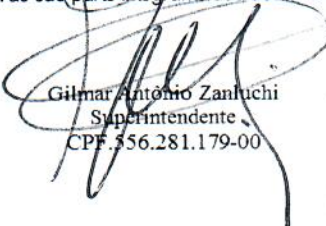
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 31 DE MARÇO DE 2017

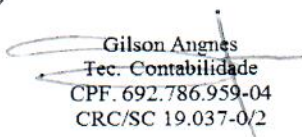
(Em reais)

ESPECIFICAÇÕES	Patrimônio Social	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Resultados Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2017	28.648.867,75	12.000,00	-	-	28.660.867,75
Resultado do Período	1.154.839,02	-	-	-	1.154.839,02
Saldos Finais 31/03/2018	29.803.706,77	12.000,00	-	-	29.815.706,77
Saldos em 31/12/2016	27.693.149,71	12.000,00	-	-	27.705.149,71
Resultado do Período	738.722,87	-	-	-	738.722,87
Saldos Finais 31/03/2017	28.431.872,58	12.000,00	-	-	28.443.872,58

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


José Zeferino Pedrozo
Presidente Conselho Adm.
CPF. 003.151.929-68


Gilmar Antônio Zanfuchi
Superintendente
CPF. 556.281.179-00


Gilson Agnes
Tec. Contabilidade
CPF. 692.786.959-04
CRC/SC 19.037-0/2

SENAR-AR/SC
000225



**DEMONSTRAÇÃO GERENCIAL DA RECEITA E DESPESA
EXERCÍCIO: 2018 - PRIMEIRO TRIMESTRE**

(Em reais)

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	ORÇAMENTO PROPOSTA	REALIZADO ACUMULADO	DIFERENÇAS	
			P/ MAIS	P/ MENOS
1000.00.00 - RECEITAS CORRENTES	29.942.242,00	7.519.525,31	0,00	22.422.716,69
1200.00.00 - RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	24.545.780,00	6.683.623,80	0,00	17.862.156,20
1210.00.00 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	24.545.780,00	6.683.623,80	0,00	17.862.156,20
1210.39.00 - CONTRIBUIÇÃO PARA O SENAR	24.545.780,00	5.672.433,87	0,00	18.873.346,13
1730.01.00 - RADI	0,00	1.011.189,93	1.011.189,93	0,00
1300.00.00 - RECEITA PATRIMONIAL	2.700.000,00	409.362,78	0,00	2.290.637,22
1320.00.00 - RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	2.700.000,00	409.362,78	0,00	2.290.637,22
1321.00.00 - JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	2.700.000,00	409.362,78	0,00	2.290.637,22
1600.00.00 - RECEITAS DE SERVIÇOS	1.422.900,00	0,00	0,00	1.422.900,00
1600.16.00 - SERVIÇOS EDUCACIONAIS	1.422.900,00	0,00	0,00	1.422.900,00
1700.00.00 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.083.562,00	426.538,73	0,00	657.023,27
1730.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	437.062,00	426.538,73	0,00	10.523,27
1730.02.00 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	437.062,00	426.538,73	0,00	10.523,27
1760.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	646.500,00	0,00	0,00	646.500,00
1760.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	646.500,00	0,00	0,00	646.500,00
1900.00.00 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	190.000,00	0,00	0,00	190.000,00
1990.00.00 - RECEITAS DIVERSAS	190.000,00	0,00	0,00	190.000,00
1990.98.00 - OUTRAS RECEITAS EVENTUAIS	190.000,00	0,00	0,00	190.000,00
TOTAL DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	29.942.242,00	7.519.525,31	0,00	22.422.716,69

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	ORÇAMENTO PROPOSTA	REALIZADO ACUMULADO	DIFERENÇAS	
			P/ MAIS	P/ MENOS
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.738.595,00	625.480,23	0,00	2.113.114,77
0750 - APOIO ADMINISTRATIVO	2.738.595,00	625.480,23	0,00	2.113.114,77
8701 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	1.016.135,00	273.246,24	0,00	742.888,76
8711 - GESTÃO ADMINISTRATIVA	118.330,00	3.724,46	0,00	114.605,54
8777 - PAG. DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAL E TRABALHISTAS - ÁREA ADMINISTRATIVA	1.604.130,00	348.509,53	0,00	1.255.620,47
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	378.377,00	0,00	0,00	378.377,00
0801 - FORMAÇÃO DE GERENTES E SERVIDORES	378.377,00	0,00	0,00	378.377,00
8718 - CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	378.377,00	0,00	0,00	378.377,00
131 - COMUNICAÇÃO SOCIAL	170.916,00	34.524,23	0,00	136.391,77
0253 - SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO DE MASSA	170.916,00	34.524,23	0,00	136.391,77
8719 - DIVULGAÇÃO DE AÇÕES INSTITUCIONAIS	170.916,00	34.524,23	0,00	136.391,77
301 - ATENÇÃO BÁSICA	50.191,00	33.794,53	0,00	16.396,47
0100 - ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR	50.191,00	33.794,53	0,00	16.396,47
8703 - ASSIST. MÉDICA E ODONTO. A SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	50.191,00	33.794,53	0,00	16.396,47
306 - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	73.588,00	55.891,60	0,00	17.696,40
0100 - ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR	73.588,00	55.891,60	0,00	17.696,40
8705 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO A SERVIDORES E EMPREGADOS	73.588,00	55.891,60	0,00	17.696,40
331 - PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	2.563.458,00	483.588,59	0,00	2.079.869,41
0100 - ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR	9.646,00	2.634,58	0,00	7.011,42
8707 - ASSISTÊNCIA SOCIAL A SERVIDORES	9.646,00	2.634,58	0,00	7.011,42
0108 - MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DO TRABALHADOR	2.553.812,00	480.954,01	0,00	2.072.857,99
8788 - PROMOÇÃO SOCIAL RURAL	2.553.812,00	480.954,01	0,00	2.072.857,99
333 - EMPREGABILIDADE	23.967.117,00	4.965.610,75	0,00	19.001.506,25
0101 - QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO TRABALHADOR	23.967.117,00	4.965.610,75	0,00	19.001.506,25

SENAR/AR/SC
000226
1 / 2



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL
AR SANTA CATARINA

CNPJ: 04.260.738/0001-49



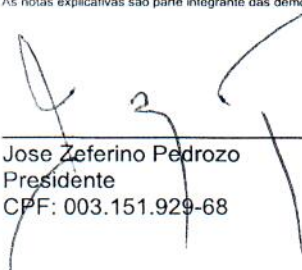
Emissão: 22/05/2018 12:


**DEMONSTRAÇÃO GERENCIAL DA RECEITA E DESPESA
EXERCÍCIO: 2018 - PRIMEIRO TRIMESTRE**

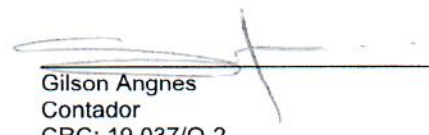
(Em reais)

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	ORÇAMENTO PROPOSTA	REALIZADO ACUMULADO	DIFERENÇAS	
			P/ MAIS	P/ MENOS
8729 - FORMAÇÃO PROFISSIONAL RURAL	17.176.329,00	4.866.273,32	0,00	12.310.055,68
8730 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E GERENCIAL	6.790.788,00	99.337,43	0,00	6.691.450,57
TOTAL DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	29.942.242,00	6.198.889,93	0,00	23.743.352,07
DESPESAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS		REALIZADO ACUMULADO		
999 - DESPESAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS		69.166,22		
1 - DEPRECIAÇÃO/AMORTIZAÇÃO/EXAUSTÃO E PERDAS NA BAIXA DE BENS		69.166,22		
TOTAL DAS DESPESAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS		69.166,22		
TOTAL DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS E EXTRAORÇAMENTÁRIAS		6.268.056,15		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações


Jose Zeferino Pedrozo
Presidente
CPF: 003.151.929-68


Gilmar Antônio Zanluchi
Superintendente
CPF: 556.281.179-00


Gilson Angnes
Contador
CRC: 19.037/O-2
CPF: 692.789.959-04

SENAR-AR/SC

000227

2 / 2



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE MARÇO DE 2018
Valores em Reais

1. Contexto Operacional (Art. 40, "I", letras a, b e c do Regulamento)

1.1. Estrutura Jurídica e Objetivos (Art. 40, "I", "a" e "b" do Regulamento)

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional de Santa Catarina, também reconhecido sob a sigla SENAR-AR/SC, é uma entidade Jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criado pela Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991 e regulamentado pelo Decreto nº 566, de 10 de junho de 1992 com sede administrativa na cidade de Florianópolis - SC. Sua criação está prevista no art. 62 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT:

“Art. 62 – A lei criará o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) nos moldes da legislação relativa ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC), sem prejuízo das atribuições dos órgãos públicos que atuam na área”.

Tem como missão institucional realizar a educação profissional e promoção social das pessoas do meio rural, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para o desenvolvimento sustentável do país.

1.2. Fontes de Recursos

Para possibilitar o cumprimento de sua missão, a entidade paraestatal é beneficiária dos recursos previstos no artigo 240 da Constituição Federal e nas Leis nº 8.540/1992, 8.870/1994 com alterações até a Lei 10.256/2001, assim classificadas:

1.2.1. Contribuição sobre a receita decorrente da comercialização da Produção Rural

- a) **Contribuição do Produtor Rural Pessoa Física** - 0,2% (dois décimos por cento) incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural, devida pelo Segurado Especial e Produtor Rural Pessoa Física, que explora atividade agropecuária ou pesqueira;
- b) **Contribuição do Produtor Rural Pessoa Jurídica** - 0,25% (vinte e cinco décimos por cento) incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural, devida pelo Produtor Rural Pessoa Jurídica.
- c) **Contribuição da Agroindústria** - 0,25% (vinte e cinco décimos por cento) incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural, industrializada ou não, devida pela agroindústria.

1.2.2. Contribuição sobre a folha de salários

Contribuição mensal compulsória, à alíquota de 2,5% (dois e meio por cento) incidente sobre a folha de salários dos trabalhadores envolvidos nos trabalhos rurais das pessoas jurídicas de direito privado ou a elas equiparadas que exerçam as seguintes atividades:





- a) Agroindústrias da avicultura, suinocultura, piscicultura, carcinicultura;
- b) Agroindústrias que se dediquem ao florestamento e reflorestamento como fonte de matéria prima para industrialização própria, mediante a utilização de processo industrial que modifique a natureza química da madeira ou a transforme em pasta celulósica, desde que a receita bruta decorrente dessa comercialização represente menos de um por cento de sua receita bruta proveniente da comercialização da produção;
- c) Produtores rurais pessoas jurídicas, exceto agroindústrias, que exerçam outra atividade econômica autônoma;
- d) Produtores rurais pessoas jurídicas e agroindústria, exclusivamente em relação aos empregados envolvidos na prestação de serviços rurais ou agroindustriais, caracterizados ou não como atividade autônoma;
- e) Sindicatos, Federações e Confederação Patronal Rural;
- f) Pessoa Jurídica Prestadora de Mão de Obra Rural.

As operações da Administração Regional são substancialmente mantidas por meio do recebimento do repasse dos recursos advindos da contribuição compulsória.

1.2.3. Arrecadação Líquida

O valor da arrecadação mencionada nos subitens 1.2.1. e 1.2.2. é afetada por retenções específicas que totalizavam, até janeiro de 2018, 22,8% do valor arrecadado. A partir de fevereiro de 2018 o percentual geral de retenções passou para 30,52%, em função da ampliação do repassa à CNA, passando de 2% para 5% e inclusão de repasse de 5% à Federação da Agricultura e Pecuária.

1.2.4. Repasse do Recurso de Aplicação Direta - RADl

O RADl é um fundo formado pela retenção de 8% da arrecadação de cada regional e se destina a equalizar a arrecadação nacional, conforme a necessidade de cada regional. Para o exercício de 2018 o SENAR-AR/SC passou a receber recursos do RADl, ampliando o valor recebido mensalmente da Administração Central.

1.3. Aplicações de Recursos

Os recursos do SENAR-AR/SC seguem a proporção de 80% (oitenta por cento) nas atividades de Formação Profissional e Promoção Social e 20% (vinte por cento) nas despesas de custeio e investimento.

2. Base para preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, referem-se ao primeiro trimestre de 2018, período compreendido entre 01 de janeiro e 31 de março ou conforme indicado em cada demonstração, e foram aprovadas pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho de Administração, tendo como moeda funcional o Real (R\$).





SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL
CNPJ Nº. 04.260.738/0001-49

2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas ao setor público, estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC através da Resolução CFC nº 1.133/08 que aprovou a NBC T 16.6 - Demonstrações Contábeis, observando-se ainda as resoluções do Conselho Fiscal do SENAR - Administração Central em matéria contábil.

Através do Ofício Circular nº 079/DAF/SE o SENAR - Administração Central comunicou e deu conhecimento às administrações regionais do SENAR sobre alterações no Regulamento do Plano de Contas e de Padronização dos Registros Contábeis e Orçamentários aprovado pela Resolução nº 30/16/CD.

O referido regulamento alterou algumas contas do elenco de contas, modificou a nomenclatura de contas, reformulando a segregação de algumas contas do ativo, passivo e de resultados no balancete base de preparação das demonstrações contábeis aqui apresentadas. Estas alterações foram aplicadas a partir do exercício de 2017.

Em 2 de fevereiro de 2018 o SENAR - Administração Central emitiu a Instrução de Serviço nº 001, versando sobre a atualização do Apêndice I do Regulamento do Plano de Contas e de Padronização dos Registros Contábeis e Orçamentários do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR.

O Apêndice I do Regulamento do Plano de Contas e de Padronização dos Registros Contábeis e Orçamentários do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR trata do elenco de contas utilizado pelo sistema de contabilidade que dá origem ao balancete do razão contábil e demais informações contábeis. As demonstrações contábeis são estruturadas a partir do balancete do razão contábil.

No encerramento do primeiro trimestre de 2018 foi necessário proceder algumas modificações e adaptações nas demonstrações do período comparativo do exercício 2017, em decorrência da atualização no elenco de contas acima mencionado. As modificações e adaptações foram consideradas irrelevantes dispensando a rerepresentação das demonstrações.

2.2. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis

2.2.1. Apuração dos resultados

a) **Apuração do Déficit ou Superávit** – a entidade adotado o regime de competência, destacando-se, adicionalmente:

I – Receitas de Contribuição Social – as receitas com contribuição social foram reconhecidas mensalmente com base em estimativa, levando-se em consideração o histórico dos registros dos valores repassados pelo SENAR-Administração Central.

O registro contábil das receitas de contribuições compulsórias é efetuado pelo líquido, ou seja, é deduzido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB o percentual de 3,5% do montante arrecadado, que corresponde à retribuição pelos serviços prestados de recolhimento das contribuições, com fulcro no artigo 3º, § 1º da Lei nº. 11.457, de 16 de março de 2007.





II – Gastos com Cursos e Eventos – foram reconhecidos no período da realização dos cursos e eventos de Formação Profissional Rural – FPR e de Promoção Social – PS, mobilizados e organizados com apoio de entidades cooperantes.

2.2.2. Caixa e Equivalentes de Caixa - Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.2.3. Valores a Receber - Dotações Orçamentárias a Receber corresponde à contribuição social registrada com base em estimativa do repasse mensal, levando-se em consideração o histórico dos registros. Quando possível, a dotação orçamentária a receber é registrada com base em informação prestada antecipadamente pelo SENAR Administração Central, coincidindo com o valor efetivamente recebido.

Os demais valores a receber foram registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo seu valor nominal, acrescido das variações monetárias, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na sua realização.

2.2.4. Estoques - Os estoques foram registrados pelo custo médio de aquisição e demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização.

2.2.5. Imobilizado - Os bens do ativo imobilizado foram registrados pelo custo de aquisição ou construção. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear considerando o valor residual projetado e a estimativa de vida útil dos bens. As taxas utilizadas são mencionadas na nota nº 8.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

2.2.6. Intangível - Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, são submetidos a teste anual de redução do valor recuperável.

2.2.7. Outros Ativos e Passivos (circulantes e não circulantes) - Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus futuros benefícios econômicos serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou contratualmente constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso

SENAR-AR/SC
000231



econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos 12 meses seguintes a data do balanço patrimonial. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.8. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração

a) Ativos financeiros - Os ativos financeiros da Entidade são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, no momento do seu reconhecimento inicial.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa.

b) Passivos financeiros - Os passivos financeiros da Entidade são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e financiamentos, no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo, acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Entidade incluem contas a pagar a fornecedores.

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Entidade segundo projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades do negócio. Eventual excesso de caixa disponível é investido em aplicações financeiras.

A Entidade mensura suas aplicações financeiras pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos e possui seus valores reconhecidos como ativos financeiros de baixo risco de variação no valor.

2.2.9. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment") - A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, uma provisão para deterioração é contabilizada para ajustar o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Entidade avalia periodicamente o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 2017 e de 2016 não identificou ajustes a serem contabilizados.





SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL
CNPJ Nº. 04.260.738/0001-49

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa		mar/18	dez/17	%		
Caixa e Bancos		2.044,82	1.506,07	35,77%		
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras						
Instituição Financeira	Tipo de Aplicação	Vencimento	Remuneração			
Recursos Próprios						
			27.122.083,26	25.291.263,06	7,24%	
Banco do Brasil S/A	CDB DI SWAP	18/01/2019	98,0% CDI	10.170.615,34	10.016.941,72	1,53%
Banco do Brasil S/A	CDB DI	23/08/2022	96,0% CDI	1.706.084,80	263.888,30	546,52%
Banco do Brasil S/A	CDB DI	11/10/2018	98,0% CDI	11.763.849,21	11.583.932,12	1,55%
Caixa Econômica Federal	CDB DI	03/04/2018	101,0% CDI	3.481.533,91	3.426.500,92	1,61%
Contratos e Termos de Adesão						
			152.246,47	343.721,81	-55,71%	
Banco do Brasil S/A	CDB DI	04/12/2018	96,0% CDI	1.001,42	8.018,24	-87,51%
Banco do Brasil S/A	Poupança		TR	96.057,14	240.677,06	-60,09%
Banco do Brasil S/A	CDB DI	02/09/2022	96,0% CDI	10.028,80	20.556,99	0,00%
Banco do Brasil S/A	Poupança		TR	45.159,11	74.469,52	-39,36%
Soma Aplicações Financeiras				27.274.329,73	25.634.984,87	6,39%
Total Caixa e Equivalentes de Caixa				27.276.374,55	25.636.490,94	6,40%

3.1. Caixa

Caixa são recursos em espécie movimentados pela entidade apenas em sua sede administrativa, mantendo saldo suficiente para o pagamento imediato de pequenas despesas. Os recursos em caixa são registrados e controlados em contas contábeis distintas conforme o caso em Recursos Próprios e Recursos de Terceiros. No encerramento do trimestre a entidade não possuía saldo de recursos de terceiros em caixa.

3.2. Bancos Conta Movimento

Bancos Conta Movimento - Recursos Próprios são disponibilidades financeiras movimentadas através de instituições financeiras oficiais, Banco do Brasil S/A e Caixa Econômica Federal. As movimentações são geralmente representadas por créditos recebidos através de transferências bancárias, pagamentos realizados através da emissão de cheques, transferências ou pagamentos por acesso via internet.

Para fins de controle os recursos próprios e os recursos recebidos de terceiros são movimentados e registrados em contas contábeis distintas sob o título de Bancos Conta Movimento - Recursos Próprios Bancos Conta Movimento - Recursos de Terceiros.

3.3. Aplicações Financeiras

Aplicações financeiras são investimentos de curtíssimo prazo, geralmente disponibilidades financeiras sem comprometimento imediato, remunerados através de fundos de aplicação financeira baseados em percentual de juros pagos através de Certificado de Depósito Bancário junto à Instituição Financeira Oficial - Banco do Brasil S/A e Caixa Econômica Federal - com prazos de resgate variáveis.

Para fins de controle os recursos próprios e os recursos recebidos de terceiros são movimentados e registrados em contas contábeis distintas sob o título de Aplicações Financeiras - Recursos Próprios Bancos Aplicações Financeiras - Recursos de Terceiros.





4. Créditos a Curto Prazo

Créditos de curto prazo são valores a receber decorrentes das operações normais ou eventuais da entidade decorrente dos seus negócios junto a entidades ligadas, funcionários e fornecedores cujo prazo de vencimento é inferior a um ano.

4.1. Contas a receber

Recursos por Origem	mar/18	dez/17
REDE ETEC - MEC	11.079,78	0,00
CONTAS A RECEBER	34.555,13	0,00
Soma	45.634,91	0,00

4.2. Dotações Orçamentárias a Receber

Descrição	mar/18	dez/17
Dotações orçamentárias a receber	2.479.174,00	1.853.898,68

4.3. Adiantamento por Conta de Viagens

Adiantamento por conta de viagem são adiantamentos concedidos à funcionários para custeio de despesas em viagens.

Descrição	mar/18	dez/17
Adiantamentos a funcionários para custeio de despesas de viagens	14.300,00	0,00

4.4. Adiantamento a Terceiros





SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL
CNPJ Nº. 04.260.738/0001-49

Refere-se a adiantamento para fins de reserva de espaço a ser utilizado em evento de interesse do SENAR-AR/SC.

4.5 Antecipações a Empregados

Antecipações a empregados são valores remuneratórios antecipados a funcionários com base em folha de pagamento, para compensação.

Descrição	mar/18	dez/17
Antecipações de remuneração a empregados	0,00	140.126,34

4.6. Valores Recuperáveis

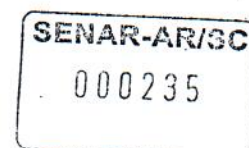
Outros Valores a Recuperar.

Descrição	mar/18	dez/17
Outros valores a recuperar	0,00	1.447,59

5. Estoques - Material de Consumo

São materiais de consumo utilizados nas operações correntes da entidade, foram devidamente inventariados no encerramento do trimestre sendo avaliados pelo custo médio. O saldo se compõe das seguintes categorias de bens e valores totais:

[Handwritten signatures]



Descrição	Saldo em 31/12/2017	Movimentação no Exercício		Saldo em 31/03/2018
		Entradas	(-) Saídas	
Estoque				
1) Estoque de Consumo Recursos Próprios				
Material de Expediente	33.520,20	6.670,00	-2.826,25	37.363,95
Materiais de Informática	56.785,81	0,00	-12.066,95	44.718,86
Gêneros Alimentícios	369,63	679,69	-941,42	107,90
Material de Copa	923,16	411,90	-166,19	1.168,87
Material de Limpeza	3.175,07	7.011,75	-2.029,40	8.157,42
Material Instrucional	95.477,30	19.066,00	-20.979,03	93.564,27
Material de Divulgação	26.815,14	7.800,00	-7.208,93	27.406,21
EPI P/ Utilização em Curso	32.128,89	0,00	-30.496,69	1.632,20
Cartilhas P/ Utilização em Curso	33.453,48	180,00	-7.255,32	26.378,16
Cartilhas - Coleção Senar	41.959,20	147.493,78	-10.805,61	178.647,37
Soma	324.607,88	189.313,12	-94.775,79	419.145,21
2) Estoque de Consumo Rec. Terceiros				
Cartilhas, Folders, Manuais	41.532,12	87.771,26	-37.058,32	92.245,06
Materiais de Divulgação	10.773,95	8.097,71	-5.502,06	13.369,60
Materiais Instrucionais	65.521,36	76.049,82	-32.572,04	108.999,14
Materiais Instrucionais Pronatec	2.124,38	0,00	-46,58	2.077,80
Soma	119.951,81	171.918,79	-75.179,00	216.691,60
Total Estoque	444.559,69	361.231,91	-169.954,79	635.836,81

6. VPD Pagas Antecipadamente

As Variações Patrimoniais Diminutivas - Pagas Antecipadamente, são despesas pagas antecipadamente na aquisição de seguros e de assinaturas de revistas e outros periódicos. Inclui gastos com aquisição de vales de alimentação/refeição e softwares. Os valores são transferidos para o resultado na medida do transcurso do período contratado, geralmente não superior a um ano, tendo os seguintes saldos a apropriar no encerramento do trimestre:



VPD Pagas Antecipadamente	Saldo R\$
Seguros a Apropriar	
Saldo Anterior 31/12/2017	12.316,35
(+) Aquisições	0,00
(-) Apropriações jan à mar	-4.077,60
(=) Saldo Atual	8.238,75
Assinaturas de Periódicos a Aprop.	
Saldo Anterior 31/12/2017	2.222,04
(+) Aquisições	0,00
(-) Apropriações jan à mar	-1.180,74
(=) Saldo Atual	1.041,30
Auxílio Alimentação/Refeição	
Saldo Anterior 31/12/2017	20.000,00
(+) Aquisições	56.000,00
(-) Apropriações	-57.600,00
(=) Saldo Atual	18.400,00
Licença de Uso de Software	
Saldo Anterior 31/12/2017	7.659,83
(+) Aquisições	0,00
(-) Apropriações jan à mar	-3.040,17
(=) Saldo Atual	4.619,66
Total VPD Pagas Antecipadamente - 2018	32.299,71
Total VPD Pagas Antecipadamente - 2017	42.198,22

7. Não Circulante - Realizável a Longo Prazo

Como realizáveis a longo prazo são classificados os créditos, valores e bens decorrentes das operações normais ou eventuais da entidade com prazo de conversão ou realização superior a um ano.

7.1. Depósitos Judiciais

O saldo de depósitos judiciais refere-se ao valor exigido em decorrência de notificação fiscal aplicada em procedimento de fiscalização realizado pela Secretaria da Receita Previdenciária (SRP), por suposta omissão no recolhimento de contribuições previdenciárias, conforme descrito na nota 26.1.

8. Imobilizado

Imobilizado é o conjunto de bens corpóreos utilizados na manutenção administrativa e operacional da entidade, registrado inicialmente pelo custo de aquisição, diminuída a depreciação, sendo, portanto apresentado pelo seu valor líquido a realizar.

As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração o tempo médio de vida útil estimado dos bens.

8.1. Movimentação das contas do imobilizado





SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL
CNPJ Nº. 04.260.738/0001-49

Descrição	Saldo em 31/12/2017	Movimentação no Exercício		Saldo em 31/03/2018
		Adições	(-) Baixas	
Bens Móveis				
1) Custo de Aquisição				
Equip. Maquinas e Aparelhos em Geral	126.762,92	16.053,00	0,00	142.815,92
Veículos	450.100,00	0,00	0,00	450.100,00
Mobiliário em Geral e Material de Copa	373.552,50	22.101,50	0,00	395.654,00
Equipamentos de Comunicação	42.165,49	0,00	0,00	42.165,49
Maquinas Aparelhos e Utencílios de escritório	598.969,51	6.235,00	0,00	605.204,51
Semoventes	42.900,00	0,00	0,00	42.900,00
Outros Equipamentos e Materiais permanentes	89.145,92	0,00	0,00	89.145,92
Computadores e Periféricos	370,00	0,00	0,00	370,00
Computadores e Periféricos (projeto reaparelhamento)	736.979,00	0,00	0,00	736.979,00
Soma	2.460.945,34	44.389,50	0,00	2.505.334,84
2) (-) Depreciações	-1.716.643,79	-68.816,21	0,00	-1.785.460,00
3) Residual (1-2)	744.301,55	-24.426,71	0,00	719.874,84
Bens Imóveis				
1) Custo de Aquisição				
Terrenos	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00
Prédios	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00
Soma	87.000,00	0,00	0,00	87.000,00
2) (-) Depreciações	-67.035,07	-350,01	0,00	-67.385,08
3) Residual (1-2)	19.964,93	-350,01	0,00	19.614,92
Outros Imobilizados				
1) Custo de Aquisição				
Direito de Uso de Software	0,00	0,00	0,00	0,00
2) (-) Depreciações	0,00	0,00	0,00	0,00
3) Residual (1-2)	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Custo de Aquisição	2.547.945,34	44.389,50	0,00	2.592.334,84
Total Depreciações	-1.783.678,86	-69.166,22	0,00	-1.852.845,08
Total Residual	764.266,48	-24.776,72	0,00	739.489,76

8.2. Composição do imobilizado





SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL
CNPJ Nº. 04.260.738/0001-49

Contas	Taxa	31/03/2018		Residual	
		Custo de Aquisição	(-) Depreciações	mar/18	dez/17
Bens Móveis					
Equip. Maquinas e Aparelhos em Geral	10%	142.815,92	-74.850,36	67.965,56	54.165,72
Veículos	20%	450.100,00	-330.579,26	119.520,74	138.375,74
Mobiliário em Geral e Material de Copa	10%	395.654,00	-230.403,94	165.250,06	149.085,42
Equipamentos de Comunicação	10%	42.165,49	-23.823,39	18.342,10	19.126,80
Maquinas Aparelhos e Utensílios de escritório	10%	605.204,51	-489.936,90	115.267,61	130.775,51
Semoventes	10%	42.900,00	-5.006,40	37.893,60	38.966,40
Outros Equipamentos e Materiais permanentes	10%	89.145,92	-29.295,07	59.850,85	61.992,04
Computadores e Periféricos (projeto)	20%	370,00	-242,26	127,74	158,58
Computadores e Periféricos (projeto repar.)	20%	736.979,00	-601.322,42	135.656,58	151.655,34
Soma		2.505.334,84	-1.785.460,00	719.874,84	744.301,55
Bens Imóveis					
Terrenos	0%	7.000,00	0,00	7.000,00	7.000,00
Prédios (A)	7%	80.000,00	-67.385,08	12.614,92	12.964,93
Soma		87.000,00	-67.385,08	19.614,92	19.964,93
Direito de Uso de Software	20%	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		2.592.334,84	-1.852.845,08	739.489,76	764.266,48

(A) - Taxa média de depreciação sobre bens sujeitos a 4% e 10%.

9. Obrigações Trabalhistas Tributárias e Previdenciárias

Obrigações Trabalhistas Tributárias e Previdenciárias são obrigações decorrentes de verbas remuneratórias pagas através de folha de pagamentos a funcionários e dirigentes incluindo o valor líquido de salários, pró-labore e cédulas de presenças. Este conjunto de obrigações inclui os correspondentes encargos sociais incidentes sobre as referidas verbas remuneratórias.

Detalhamento das obrigações trabalhistas, tributárias e previdenciárias:

SENAR-AR/SC
000239

Obrigações	mar/18	dez/17
INSS	81.820,35	1.436,44
INSS a recolher sobre folha de pagamento	67.649,35	0,00
INSS patronal a pagar	9.825,45	960,00
INSS retido de prestadores de serviço PJ	2.799,40	0,00
INSS retido de autônomos	1.546,15	476,44
FGTS	17.921,63	0,00
FGTS - obrigação incidente s/a folha de pagamento de empregados	17.921,63	0,00
IRRF	34.406,16	0,00
IRRF a pagar empregados	34.406,16	0,00
PIS	2.240,22	0,00
PIS S/ Folha de pagamento	2.240,22	0,00
Contribuição Sindical	0,00	0,00
Contribuição Assistencial	0,00	0,00
Soma	136.388,36	1.436,44

10. Fornecedores de Bens e Serviços

As obrigações com fornecedores de bens e serviços são decorrentes de compras a prazo, reconhecidas com base em documento fiscal, contrato ou instrumento equivalente, em obediência ao regime de competência e são demonstrados pelo seu valor nominal.

Classificação	mar/18	dez/17
Fornecedores de Materiais e Serviços para Eventos	1.426.101,59	217.849,06
Fornecedores de Materiais e Serviços para Demais Atividades	119.839,24	42.311,14
Total	1.545.940,83	260.160,20

11. Obrigações Fiscais

São como origem a compra de bens e serviços cuja obrigação de reter e recolher os tributos incidentes sobre estas compras cabe ao comprador. Referem-se aos compromissos financeiros com o recolhimento de tributos, geralmente com vencimento no mês seguinte ao mês da compra.




Obrigações	mar/18	dez/17
PIS/COFINS/CSLL	1.801,48	0,00
PIS/COFINS/CSLL a recolher	1.801,48	0,00
IRRF	6.157,23	0,00
IRRF a recolher - Terc. s/ NF.	442,54	0,00
IRRF a recolher - Terc. s/ RPA	5.714,69	0,00
ISS	630,02	1.101,24
ISS Terceiros a recolher	630,02	1.101,24
Soma	8.588,73	1.101,24

12. Apropriações por Competência

12.1. Apropriação Trabalhista

Apropriações trabalhistas são obrigações com empregados e referem-se ao compromisso com o pagamento de salários, conhecidos com base em folha de pagamentos e das remunerações decorrentes do direito a férias e 13º salário em base estimada. Os valores referentes à remuneração de 13º salário são liquidados no encerramento do exercício.

Apropriação por Competência	Saldo em 31/12/2017	Movimentação no Exercício		Saldo em 31/03/2018
		(-) Baixa	Provisão	
Provisão de férias	226.439,66	- 157.049,87	60.802,36	130.192,15
Provisão p/ encargos sociais s/ férias	70.613,44	- 48.255,52	18.782,79	41.140,71
Provisão p/ FGTS s/ férias	23.835,62	- 16.288,64	6.340,06	13.887,04
Provisão adicional de férias	74.486,72	- 49.539,32	18.449,98	43.397,38
Provisão p/ PIS s/ férias	-	- 2.036,08	3.771,97	1.735,89
Provisão para 13º salário	-	- 4.982,82	61.532,79	56.549,97
Provisão p/ encargos sociais s/ 13º salário	-	- 312,47	13.714,84	13.402,37
Provisão para FGTS s/ 13º salário	-	- 398,61	4.922,46	4.523,85
Provisão p/ PIS s/ 13º	-	- 49,82	615,35	565,53
Soma	395.375,44	- 278.913,15	188.932,60	305.394,89

13. Demais Obrigações

Demais obrigações são obrigações não classificadas nas contas precedentes, decorrentes de operações normais da entidade e controladas em contas específicas.

13.1. Relação Entre Unidades

Relação entre unidades são obrigações junto à administração central com origem no repasse de materiais para consumo nas atividades do SENAR, registradas conforme Nota Técnica nº 01/2017 do SENAR-AC.




Descrição da Obrigação	mar/18	dez/17
Saldo Anterior		
Coleção Senar recebida	0,00	0,00
(-) Desconto via Arrec. INSS	147.493,78	0,00
	98.087,12	0,00
Soma	49.406,66	0,00

13.2. Contratos, Termos de Cooperação e Projetos a Realizar

Contratos, Termos de Cooperação e Projetos a Realizar são obrigações junto ao SENAR-AC e outras entidades, decorrentes de apoio técnico e financeira na consecução dos objetivos do SENAR.

Contratos e Termos de Adesão a Realizar

Recursos por Origem	mar/18	dez/17
PRONATEC	0,00	259.637,41
REDE ETEC - MEC	51.357,15	72.178,61
Soma	51.357,15	331.816,02

13.3. Credores Diversos

Credores diversos são obrigações eventualmente contraídas em decorrência das atividades normais do SENAR não classificadas nas demais obrigações.

Descrição da Obrigação	mar/18	dez/17
Compromissos a pagar	0,00	336,67
Soma	0,00	336,67
Materiais Senar Nacional		
Saldo Anterior	52.360,99	143.675,27
Materiais Recebidos Senar Nacional	164.416,78	12.477,04
(-) Consumo no período	85.984,61	103.791,32
Soma	130.793,16	52.360,99
Saldo em 31/03/2018	130.793,16	52.697,66

14. Patrimônio Líquido

Detalhamento dos saldos do patrimônio líquido:





SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL
CNPJ Nº. 04.260.738/0001-49

	mar/18	dez/17
Patrimônio Social	29.803.706,77	28.648.867,75
Resultados Acumulados	28.648.867,75	27.693.149,71
Resultado do Exercício	1.154.839,02	955.718,04
Reservas	12.000,00	12.000,00
Soma do Patrimônio Líquido	29.815.706,77	28.660.867,75

15. Receitas Orçamentárias Vinculadas

Receitas orçamentárias vinculadas compreendem as receitas orçamentárias, líquidas das deduções, cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem.

16. Transferências Financeiras Recebidas

Transferências financeiras recebidas referem-se às movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta, neste caso o SENAR-AC.

17. Recebimentos Extraordinários

Recebimentos extraordinários são valores não previstos no orçamento, tais como restos a pagar.

18. Saldo do Exercício Anterior e Saldo para o Exercício Seguinte

Saldo do exercício anterior e o saldo para o exercício seguinte são valores disponíveis em caixa e equivalentes de caixa para o custeamento das atividades da entidade no início e no fim do período apresentado.

Os valores em caixa e equivalentes de caixa estão descritos na nota 3.

19. Despesas Orçamentárias Vinculadas

Despesas orçamentárias vinculadas compreendem aquelas cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem.

20. Transferências Financeiras Concedidas

Transferências financeiras concedidas referem-se às movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta, neste caso o SENAR-AC.

21. Pagamentos Extraordinários

Pagamentos extraordinários são valores não previstos no orçamento, tais como restos a pagar.

22. Demonstração das Variações Patrimoniais - Variações Patrimoniais Aumentativas





SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL
CNPJ Nº. 04.260.738/0001-49

As variações patrimoniais aumentativas decorrem das seguintes operações demonstradas através da Demonstração das Variações Patrimoniais:

a) Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

Compreende toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

b) Contribuições

Compreende as contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de iluminação pública.

c) Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

Compreende as variações patrimoniais auferidas com a venda de bens, serviços e direitos, que resultem em aumento do patrimônio líquido, independentemente de ingresso, incluindo-se a venda bruta e deduzindo-se as devoluções, abatimentos e descontos comerciais concedidos.

c) Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

Representa o somatório das variações patrimoniais aumentativas com operações financeiras. Compreende: descontos obtidos, juros auferidos, prêmio de resgate de títulos e debêntures, entre outros.

d) Transferências e Delegações Recebidas

Compreende o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais, transferências de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências de convênios e transferências do exterior.

e) Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

Compreende a variação patrimonial aumentativa, decorrente de reavaliação e ganhos de ativos, ou com a desincorporação de passivos.

f) Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Compreende o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores, tais como: resultado positivo da equivalência patrimonial, dividendos, etc.

23. Demonstração das Variações Patrimoniais - Variações Patrimoniais Diminutivas

As variações patrimoniais diminutivas decorrem das seguintes operações demonstradas através da Demonstração das Variações Patrimoniais:

a) Pessoal e Encargos

Compreende a remuneração do pessoal ativo civil ou militar, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos, soldos e vantagens pecuniárias fixas ou variáveis estabelecidas em lei decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público, bem como as variações patrimoniais diminutivas com contratos de terceirização de mão de obra que se refiram à substituição de servidores e empregados públicos. Compreendem ainda,



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL
CNPJ Nº. 04.260.738/0001-49

obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento dos órgãos e demais entidades do setor público, contribuições a entidades fechadas de previdência e benefícios eventuais a pessoal civil e militar, destacados os custos de pessoal e encargos inerentes às mercadorias e produtos vendidos e serviços prestados.

b) Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas às aposentadorias, pensão, reforma, reserva remunerada e outros benefícios previdenciários de caráter contributivo, do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) e do Regime Geral da Previdência Social (RGPS).

Compreendem, também, as ações de assistência social, que são políticas de seguridade social não contributiva, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender às contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

c) Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da máquina pública, exceto despesas com pessoal e encargos que serão registradas em grupo específico (Despesas de Pessoal e Encargos). Compreende: diárias, material de consumo, depreciação, amortização etc.

d) Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

Compreende as variações patrimoniais diminutivas com operações financeiras, tais como: juros incorridos, descontos concedidos, comissões, despesas bancárias e correções monetárias.

e) Transferências e Delegações Concedidas

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências a instituições multigovernamentais, transferências a instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências a convênios e transferências ao exterior.

f) Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Compreende a variação patrimonial diminutiva com desvalorização e perdas de ativos, com redução a valor recuperável, perdas com alienação e perdas involuntárias ou com a incorporação de passivos.

g) Tributárias

Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas aos impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições sociais, contribuições econômicas e contribuições especiais.

h) Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados

Compreende as variações patrimoniais diminutivas relativas aos custos das mercadorias vendidas, dos produtos vendidos e dos serviços prestados.

O Custo dos produtos vendidos ou dos serviços prestados deve ser computado no exercício corresponde às respectivas receitas de vendas. A apuração do custo dos produtos vendidos está diretamente relacionada aos estoques, pois representa a baixa efetuada nas contas dos estoques por vendas realizadas no período.



i) Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

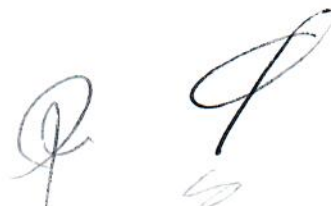
Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas não incluídas nos grupos anteriores. Compreende: premiações, incentivos, equalizações de preços e taxas, participações e contribuições, resultado negativo com participações, dentre outros.

24. Seguros

Os seguros são considerados suficientes para cobertura dos riscos envolvidos, abrangendo especialmente edificações, frota de veículos e instalações.

Objeto dos Seguros	Custo em Reais	Vigência
Edificações		
- Centro de Distribuição - Palhoça - SC	868,41	nov/18
- Sede Nova Veneza - SC	225,94	ago/18
Veículos - Frota	9.997,19	set/18
Veículos - Kangoo	1.507,48	ago/18
Instalações - Sede SENAR-AR/SC	733,49	set/18
Equipamentos Portáteis - Notebooks	2.589,98	dez/18
Empilhadeira	403,87	jun/18
Soma	16.326,36	
Seguro de Vida - Funcionários	2.046,41	out/18
Total	18.372,77	

25. Demonstrativo da Conciliação dos Valores Orçamentários e Contábeis



Demonstrativo da Conciliação dos Valores Orçamentários e Contábeis
Exercício findo em 31 de março de 2018

<u>Descrição</u>	<u>Orçamento</u>	<u>Contábil</u>
Total de Receitas do Período	7.519.525,31	7.519.525,31
(-) Total das Despesas do Período	(6.198.889,93)	(6.364.686,29)
Superávit ou Déficit do Exercício (a)	1.320.635,38	1.154.839,02
Itens de Conciliação - Orçamento		
Imobilizações no Período	44.389,50	
(-) Depreciações no período	69.166,22	
(=) Imobilizado Líquido (b)	(24.776,72)	
(+) *VPD/Estoque	245.313,12	
(-) **VPD/Estoque que não entraram no orçam.	386.332,76	
Resultado Ajustado do Período	1.154.839,02	1.154.839,02

* Variação Ativo - Variações Patrimoniais Diminutivas e Estoque

** Despesa que não entraram no orçamento (VPD e Estoque)

26. Contingências:

26.1. Contingências Fiscais – INSS:

Em julho de 2005, o INSS emitiu a NFLD 357687795 em desfavor do SENAR-AR/SC, tendo como mote a não retenção de 11% na contratação dos sindicatos/associações, no período de 04/1999 a 01/2005, cujo valor notificado foi de R\$ 2.649.972,34.

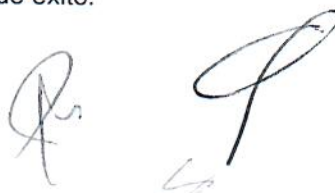
Em consulta realizada no sistema da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional o valor em dívida ativa relacionado ao processo é de R\$ 5.269.659,27.

Por discordar da exigência, o SENAR-AR/SC ofereceu defesa na via administrativa, julgada improcedente em primeira instância.

Houve recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes. Em sessão realizada no dia 13/08/2014 os membros da Segunda Turma Ordinária da Terceira Câmara da Segunda Seção do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, por unanimidade de votos, deram provimento ao recurso voluntário, pela improcedência do lançamento.

A Fazenda Nacional ingressou com recurso especial, que aguarda análise.

Na opinião dos advogados da entidade, é provável a chance de êxito.






SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL
CNPJ Nº. 04.260.738/0001-49

No entendimento da administração, orientada pelos seus advogados, não cabe o reconhecimento dos referidos valores no resultado do exercício. Caso a entidade não logre êxito na sua defesa, sendo confirmado o débito, os efeitos correspondentes serão reconhecidos oportunamente.

No encerramento do trimestre os recursos permanecem em conta de depósito judicial, no valor originalmente estabelecido de R\$ 820.466,81, considerando a ausência de alteração na posição do processo.

26.2. Ação Trabalhista – Responsabilidade Subsidiária

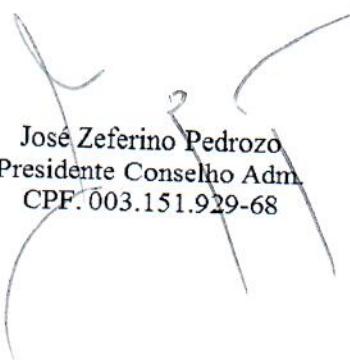
O SENAR-AR/SC foi considerado subsidiariamente responsável por débitos trabalhistas de prestador de serviço em acórdão dos juízes da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, relatado em 14 de julho de 2009 no qual foi condenado em ação trabalhista arbitrada no valor R\$ 15.000,00. O processo encontra-se em fase de execução com pedido de embargos de execução em análise.

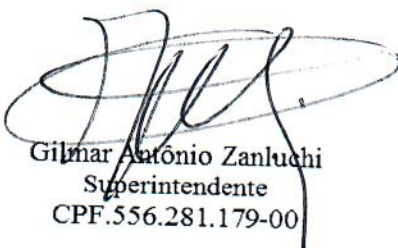
O valor da ação foi objeto de depósito judicial. Em virtude de recurso impetrado pelo SENAR-AR/SC, o valor foi resgatado em dezembro de 2010, devidamente atualizado. A ação permanece em tramitação e, em caso de condenação, a referida quantia será exigida no final do processo.


27. Aspectos Fiscais e Tributários

A Administração do SENAR-AR/SC com base em posicionamentos jurídicos entende que a entidade não está subordinada à tributação de impostos e contribuições, exceto aquelas de natureza previdenciária e a contribuição ao Programa de Integração Social – PIS sobre os gastos com folha de pagamento. Por este motivo, não reconhece como devido ou contingente qualquer valor relacionado com outros encargos de natureza tributária.

Florianópolis (SC), 31 de março de 2018.


José Zeferino Pedrozo
Presidente Conselho Adm.
CPF: 003.151.929-68


Gilmar Antônio Zanluchi
Superintendente
CPF: 556.281.179-00


Gilson Angnes
Tec. Contabilidade
CPF: 692.786.959-04
CRC/SC 19.037-0/2

SENAR-AR/SC
000248

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Ilmos. Srs.

Membros do Conselho Administrativo e Fiscal do SENAR-AR/SC - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional de Santa Catarina
Florianópolis - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **SENAR-AR/SC - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional de Santa Catarina**, que compreendem o Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração Gerencial da Receita e Despesa, em 31 de março de 2018, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, os demonstrativos contábeis acima referidos representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição orçamentária, financeira e patrimonial do **SENAR/AR/SC - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional de Santa Catarina**, em 31 de março de 2018, de acordo com a legislação e normas específicas para a sua categoria de entidade, observadas as orientações da Administração Central do SENAR.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao **SENAR/AR/SC - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional de Santa Catarina**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração do **SENAR-AR/SC - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional de Santa Catarina**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como apropriados e necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança do **SENAR-AR/SC - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional de Santa Catarina**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São José (SC), 18 de maio de 2018.



Hermenegildo João Vanoni

Sócio Responsável - Contador -CRC-SC 14.874/O-7

AUDICONSULT Auditores S/S
CRC-SC 4.012






Conselho Fiscal


ENTIDADE - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR
REGIONAL – Administração Regional do Estado **DE SANTA CATARINA**
DOCUMENTO – Prestação de Contas do Primeiro Trimestre de 2018

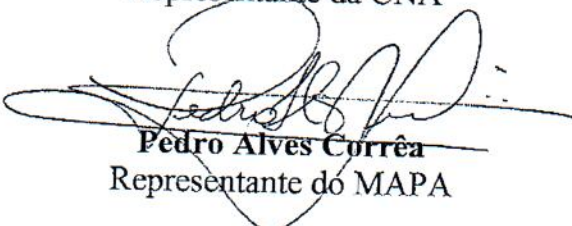
RELATÓRIO DE ANÁLISE


Na segunda reunião ordinária de 2018, realizada no dia 17 de julho, o Conselho Fiscal da Administração Central, analisou o relatório da **Auditoria Independente**, referente à Prestação de Contas do 1º Trimestre de 2018 da Administração Regional do Estado de **Santa Catarina**, o qual foi acatado sem ressalvas.

Brasília, 17 de julho de 2018.


Mário Antônio Pereira Borba
Presidente do Conselho Fiscal
Representante da CNA


Carlos Roberto Baena
Representante da OCB


Pedro Alves Corrêa
Representante do MAPA


Thaisa Dafane Silva
Representante da CONTAG



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ESTADO DE SANTA

PARECER DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

ENTIDADE – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR-AR/SC
DOCUMENTO – Prestação de Contas do Primeiro Trimestre de 2018

O Conselho Administrativo do SENAR-AR/SC, em reunião realizada no dia 29 de maio do ano de 2018, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 18, inciso IV do Regimento Interno do SENAR-AR/SC, após análise das demonstrações contábeis e financeiras e demais peças que compõem a Prestação de Contas do Primeiro Trimestre do Exercício de 2018, baseando-se no parecer do Conselho Fiscal, resolve emitir:

- Parecer Favorável à aprovação da Prestação de Contas do Primeiro Trimestre de 2018.

Este parecer vai assinado pelos membros presentes à reunião, a seguir identificados:

JOZÉ ZEFERINO PEDROZO

Presidente Cons. Adm.

GILMAR ANTÔNIO ZANLUCII

Superintendente

JOSE WALTER DRESCII

Conselheiro

ADÍLCIO PEDRO PAZETTO

Conselheiro

RICARDO DE GOUVÊA

Conselheiro

NEIVO LUIZ PANHO

Conselheiro

Rua Delminda Silveira, 200 - Bairro Agronômica - Fone (48) 3331-9700 / Fax (48) 3333-0105
88025-500 - FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA - CNPJ N.º 04.260.738/0001-49
Home Page: senar-sc.com.br

E-mail: senar-sc@senar.com.br

